



GT05 – Por uma história cultural da Paraíba: pensando o cotidiano através dos processos e periódicos

Coordenador(es): Rosemere Olimpio de Santana e Leonardo Bruno Farias

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: O INSTITUTO HISTÓRICO DE CAJAZEIRAS (PB) E O SEU ACERVO DOCUMENTAL

Ana Paula Nunes de Freitas¹
Gerlândia Gouveia Garcia²

Este artigo tem como objetivo apresentar a importância dos acervos do Instituto Histórico de Cajazeiras em fase de organização proposto pelo projeto de extensão (PROBEX/UFCG) intitulado “Vestígio de uma Memória: organização do acervo do Instituto Histórico de Cajazeiras (IHC)”. Pretendemos apresentar o seu valor memorialístico – espaço de intervenção e produção histórica – especificamente por meio do acervo documental Otacílio Dantas Cartaxo. O trabalho de organização e conservação conta com discentes (bolsista e voluntárias), tendo como fundamento o processo de higienização, catalogação e organização de obras e documentos presentes no acervo documental. A nossa intenção é disponibilizar um rico acervo que conta com diversas obras – livros didáticos, periódicos e documentos – à comunidade cajazeirense e escolas de ensino fundamental, médio e superior, para o bom desenvolvimento de leituras e pesquisas relacionadas à história da cidade e do estado paraibano.

Nessa perspectiva, tencionamos mostrar o trabalho do historiador com as fontes, a realidade encontrada nos acervos históricos, tendo como foco o IHC, a tipologia dos documentos, o uso e o acesso aos arquivos com o propósito de discutir a prática historiográfica em torno das mudanças desencadeadas nestes espaços de pesquisa ao longo

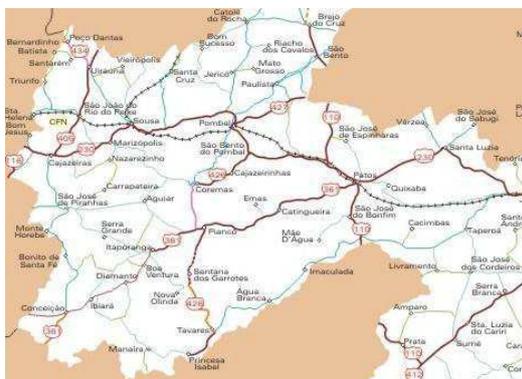
¹ Discente do curso de Licenciatura em História da UFCG/CFP. paulinhaufcg@hotmail.com.

² Discente do curso de Licenciatura em História da UFCG/CFP. gerlandiaclio@hotmail.com.

dos anos; e, finalmente, a nossa experiência de trabalho diante da organização e preservação do IHC.

Cajazeiras, município fundado pela Lei nº 92, de 23 de novembro de 1863, e elevada cidade pela Lei nº 616, de 10 de junho de 1976, está localizada no Alto Sertão do Oeste Paraibano. Apesar de Cajazeiras dispor de duas importantes datas fundacionais, a Câmara Municipal, no ano de 1948, aprovou um projeto de Lei de autoria do vereador Geminiano de Sousa, estabelecendo o dia 22 de agosto, dia do nascimento do Padre Inácio de Souza Rolim (fundador do município de Cajazeiras), como o dia da cidade, sendo transformado em feriado municipal.

A representação do Padre Rolim na historiografia local serviu para Cajazeiras assumir no estado paraibano a imagem cristalizada da “cidade que ensinou a Paraíba a ler” e, ainda, a “terra da cultura”. O município atualmente conta com 67 escolas municipais, 23 estaduais, 53 escolas privadas e 06 instituições de Ensino Superior (IES), educando e profissionalizando os habitantes da cidade e outros municípios circunvizinhos.



Fonte: <http://coisasdecajazeiras.blogspot.com>

A criação do Instituto Histórico de Cajazeiras (IHC) teve como principal objetivo a necessidade de guardar produções acadêmicas sobre a história do município e do sertão paraibano. Segundo o Presidente do IHC, professor José Antônio de Albuquerque (CFP/UFCC), a concepção do Instituto Histórico de Cajazeiras já vinha sendo discutida há três décadas, e foi concretizada no ano de 1999 pelo Deputado Estadual Edme Tavares em uma comissão Executiva na Câmara Municipal de Cajazeiras em solenidade dos 200 anos da Diocese do município. A partir deste momento, este Projeto passou a ser discutido na Câmara Estadual e Federal e posteriormente aprovado pela mesma.

O IHC está localizado no antigo Prédio que funcionava a Escola Estadual José Américo, fundada no ano de 1825, doado pelo Governador da Paraíba ao presidente do Instituto, professor José Antônio de Albuquerque. Este membro do IHC conseguiu um convênio com a prefeitura da Cidade de Cajazeiras para disponibilizar funcionários na guarda e preservação do acervo. O prédio foi reformado sob a iniciativa do presidente do Instituto, embora atualmente encontrar-se em um estado bastante preocupante para a acomodação do acervo documental. A mesa de higienização da documentação trabalhada por nós foi, inclusive, doada pelo próprio prof. José Antônio de Albuquerque, devido o Instituto não obter recursos financeiros próprios. As cadeiras que se encontram na sala de leitura e a taxa de água e luz são de responsabilidade do Estado. E as estantes, os livros e os documentos foram doados pela família de Otacílio Dantas Cartaxo.

Mesmo sendo apresentado como patrimônio cultural da cidade, o IHC está fora do “cinturão” de tombamento como patrimônio histórico pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), deixando-o vulnerável a depredação, ou a demolição. Cajazeiras está passando por um grande crescimento na área da construção civil e, com isso, vem ocorrendo várias demolições de casas e prédios que contam a história da cidade. Em setembro de 2010, no site “O diário do Sertão”, publicou-se a seguinte reportagem:

Algumas entidades de classe da cidade de Cajazeiras por intermédio da AC3 (Associação dos Cajazeirenses e Cajazeirados do Ceará) participaram de uma discussão com representantes do Instituto de Arquitetura do Brasil, no Estado da Paraíba, com a finalidade de debater a atuação do IFHAEP [sic] – (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba). Segundo informações, o IFHAEP [sic] estaria prejudicando a construção civil na cidade de Cajazeiras, por preservar os patrimônios históricos da cidade. De acordo com o presidente da Associação Comercial e Industrial de Cajazeiras, Alexandre Costa, é preciso definir o que é realmente Patrimônio Histórico, artístico e arquitetônico da cidade. “Não se pode tomar todos os prédios do centro da cidade, já que nem todos se enquadram realmente como históricos e isso estaria prejudicando a modernização e ampliação de lojas comerciais”, disse Alexandre. (Diário do Sertão, 06 de setembro de 2010).

Assim, ficamos apreensivos em relação ao destino do IHC, já que este não é visto como patrimônio histórico da cidade e nem mesmo como um grande arquivo de suma importância para o armazenamento e disponibilização de documentos como: livros, periódicos, fotografias, revistas, jornais, etc. relativos à memória e à história deste município. Entretanto, a ausência de catalogação do acervo tornou-se um empecilho para os alunos dos

cursos de graduação e de pós-graduação das várias Instituições de Ensino Superior (IES) de Cajazeiras, ou até mesmo de outras comunidades que possuam o interesse de conhecer a historiografia da cidade em que habitam.

Atualmente o acervo contém obras doado pelo falecido escritor e advogado cajazeirense Otacílio Dantas Cartaxo. De acordo com o presidente do Instituto, o acervo desfruta de aproximadamente 20 mil documentos (cópias de periódicos que se propagam entre as décadas de 1920 e 1950, livros da Diocese, fotografias pessoais de famílias paraibanas, obras de Otacílio Cartaxo Dantas, entre outros documentos ainda desconhecidos, condicionados em uma sala organizada no ano de 2011).

Desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, tendo como principal objetivo proporcionar ao Brasil uma identidade nacional, percebe-se a importância dos Institutos Históricos surgidos no mundo contemporâneo para o armazenamento e preservação de documentos. O processo da pesquisa histórica desencadeada pelos historiadores diante dos acervos documentais em meio a tantas necessidades revela a falta de organização e preservação dos arquivos. Segundo Callari (2001), por muitos anos o IHGB foi o único espaço de produção do saber histórico instituído como tal e, portanto, foi por excelência o espaço de produção ou de “resgate” da história brasileira. Nesse sentido percebemos que no decorrer dos anos a partir da criação do IHGB começaram a surgir projetos e ideias de criação de outros Institutos Históricos com o objetivo de preservar a memória de cada município por meio de documentos oficiais.

Durante o século XIX, a história surge como disciplina a partir da concepção positivista. Neste primeiro momento, o historiador deveria manter o seu caráter imparcial, apenas descrevendo os fatos tais como eles aconteceram. O seu posicionamento consistia na neutralidade dos fatos, já que ela surge numa concepção fundamentada nos documentos escritos e oficiais diante dos grandes eventos políticos considerados como uma objetividade através do método crítico. Entretanto, a história se limitava a escritos oficiais de eventos políticos, na busca incessante por fatos e a sua comprovação científica. Ao historiador caberia fazer a narrativa de tais documentos sem usar da subjetividade, pois o que o historiador pensa sobre os eventos é irrelevante, seu papel é apenas narrar os fatos. “A sua objetividade parece opor-se á intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito”. (LE GOFF, 2003. p. 526). Nesse sentido, os positivistas acreditavam que existindo um distanciamento entre o historiador e o objeto, a história seria concretizada de maneira objetiva.

José Carlos Reis (2004) compara o objetivo dos positivistas com a organização de um museu, embora este conceito de museu para ele seja complexo. No museu os objetos de valor histórico são resgatados, recuperados e expostos à visitação pública, tendo ao seu lado uma ficha de informações, direcionando ao observador uma relação direta com o objeto, definitivamente (re)construído, ou seja, nestes espaços os objetos deveriam falar “por si só”. O método científico para a história seguiu esta mesma regra, pois os documentos deveriam reconstituir descritivamente o que se passou, procurando se separar de seu objeto e da sua experiência humana.

No século XX, há uma mudança no pensamento científico, as ciências sociais aparecem com grande valor, pois surge com um discurso crítico, modernizador. Nesse sentido, surgiu uma série de críticas à história. E assim foram feitas uma renovação no pensamento histórico, destacando-se a abertura da história a outros saberes com a utilização de documentos “não oficiais”. Dentre eles podemos destacar: cartas pessoais, bilhetes, documentos diversos, imagens, fotografias, esculturas, quadros, etc. “A escola dos *Annales*, no século XX, colaborou ainda mais para o alargamento da noção de fonte” (KARNAL, 2009, p. 14), ou seja, os *Annales* empreenderam a sua grande renovação reconstruindo a representação do tempo e da disciplina histórica.

A nova história rompeu com a filosofia e associou-se às ciências sociais e, sob sua influência, passaram a realizar uma revolução epistemológica ao conceito de tempo histórico, ocasionando uma mudança na sua forma de compreensão. As ciências sociais desconsideravam a sucessão dos eventos, enfatizando menos as mudanças qualitativas e valorizando as transformações estruturais, que são movimentos naturais na sociedade, buscando nas mesmas o que a física encontra na natureza: uniformidade, reversibilidade, homogeneidade, quantidade, permanência.

Se antes a documentação era relativa ao evento e ao seu produtor, o grande personagem histórico em suas lutas históricas, agora ela é relativa ao campo econômico-social-mental: ela se torna massiva, serial, relevando o duradouro, a permanência, as estruturas sociais. (REIS, 2004, p. 18).

A partir da nova história podemos perceber que a historiografia passou a abranger e problematizar outros tipos de documentos, que necessariamente não estivesse ligado aos oficiais, como por exemplo: documentos arqueológicos, pictográficos, iconográficos,

fotográficos, cinematográficos, etc. O historiador passou a estudar novos tipos de fontes documentais presentes em museus, Institutos Históricos, nas paisagens, nas cidades, etc.

Os documentos são considerados a base primordial diante do julgamento histórico; sem eles nada poderia ser discutido ou dialogado entre os historiadores sobre um determinado período histórico. Entretanto, o documento foi resignificado paulatinamente na historiografia mediante o ato de ensinar e de comprovar, criando um lugar na memória. Para Le Goff (2004), a memória coletiva e a história podem ser entendidas através de dois tipos de materiais: o documento e o monumento.

O conceito de monumento nasceu a partir do Império Romano, tendo suas raízes filológicas, entendida como uma herança herdada do passado, perpetuada à recordação. O documento, por sua vez, representa a escolha do historiador e por muito tempo foi considerado como um texto escrito. Segundo o autor, o documento é o resultado de várias montagens a partir do consciente e do inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivado e desvio o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto documento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa... (LE GOFF, 2003. p. 535).

Nessa perspectiva, a partir do momento que o historiador escolhe documentos para reconstrução do passado como uma memória, ele está transformando o documento em monumento. Essa memória é coletiva pelo fato do historiador utilizar documentos e fazer parte de uma sociedade, pois o documento cria um lugar da memória diante da comunidade e entre os indivíduos.

O Instituto Histórico de Cajazeiras apresenta uma memória relativa à história tanto do município de Cajazeiras como de cidades circunvizinhas, envolvendo seu cenário político, econômico, cultural e social. O acervo contém documentações dispersas, às quais dificultam a pesquisa histórica. Os funcionários, por sua vez, apresentam várias dificuldades de informar aos pesquisadores, historiadores e ao público em geral os tipos de documentos que podem ser

encontrados dentro do acervo ou até mesmo por falta de um treinamento ou curso direcionado para a atividade que exercem dentro do Instituto. Por sua vez, o pesquisador também faz mau uso dos documentos disponibilizados no acervo, podendo deteriorizar os documentos em meio da sua fragilidade devido ao mal acondicionamento e manuseio dos mesmos.

Os arquivos brasileiros enfrentam de forma geral, os sérios problemas comuns aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. Geralmente não prioritários aos olhos governamentais, foram durante muito tempo tratados como instituições de segunda categoria, verdadeiros depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos. (BACELLAR, 2006, p.49)

De acordo com Bacellar (2006), aventurar-se pelos arquivos é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados, mal preservados e mal organizados. O historiador e o arquivista sempre se debruçam na importante tarefa de, ao entrar em convívio com os acervos, além de encontrarem uma série de dificuldades, procurar conscientizar a população em geral sobre a importância dos acervos documentais encontrarem-se sempre conservados e preservados. Essa realidade encontrada nos arquivos dificulta a pesquisa do historiador, atrasando o trabalho do mesmo por meses ou até anos para encontrar os documentos que servem para seu objeto de pesquisa.

A partir da experiência que estamos adquirindo no Instituto Histórico de Cajazeiras, percebemos a mesma precariedade e dificuldades encontradas em outros arquivos brasileiros. Deparamo-nos com situações constrangedoras devido ao despreparo dos funcionários que não estão adequadamente exercendo a sua função dentro do acervo, como também do ambiente de trabalho que necessita de uma infraestrutura adequada para comportar toda a documentação que o acervo disponibiliza e para acolher todos os visitantes e pesquisadores em meio das suas pesquisas e visitas ao Instituto.

No processo inicial do trabalho tivemos grandes dificuldades relacionadas ao ato de catalogação devido à falta de experiência dos usos e manuseios dos livros de diferentes tipologias e áreas, proporcionando receios mediante a atividade a ser desenvolvida. Com isso, contamos com o auxílio dos nossos respectivos orientadores para tirar as nossas dúvidas e nos preparar em função da realidade encontrada.

O Instituto atualmente contém estantes repletas de livros doados pela família Dantas Cartaxo e uma outra sala com diversas caixas contendo vários documentos, fotografias, quadros, livros ainda a serem higienizados, catalogados, digitalizados e organizados.

Após o término dessas atividades a serem desenvolvidas a intenção é, segundo o presidente do IHC, José Antônio de Albuquerque, criar um projeto para a implantação de um núcleo de história oral, onde o mesmo pretende reunir falas de moradores da cidade que conheçam a história de Cajazeiras. O mesmo tem o objetivo de contribuir na preservação da história do município. Outro projeto a ser desenvolvido é um núcleo de fotografias, onde o próprio presidente já resgatou mais de quinhentos registros envolvendo a história de Cajazeiras. Sua intenção será oferecer futuramente um curso de Extensão direcionado às cópias das fotografias e documentos doados pelo mesmo.

A partir de um convênio do presidente do Instituto com a prefeitura será construída uma sala de leitura climatizada e informatizada, com computadores a serem doados por vários comerciantes de Cajazeiras, com uma área de aproximadamente 80 metros quadrados, para acolher pesquisadores, estudiosos e toda a sociedade que tenha o interesse de conhecer a história da cidade que residem. O presidente ainda pretende trazer de Recife documentos e livros doados pela família de Solidônio Cartaxo para fazer parte do acervo documental da cidade de Cajazeiras, e contribuir para a construção histórica desta cidade.

Este projeto de Extensão (PROBEX/UFCG) nasceu, portanto, da necessidade da organização e preservação dos diversos tipos de documentos existentes sobre o município de Cajazeiras, possibilitando e facilitando o acesso à pesquisa histórica já que o historiador encontra, quase sempre, um relativo descaso pelo patrimônio arquivístico local. Este projeto é de suma importância no processo da construção histórica e para a sociedade em geral, pois com o acervo documental organizado os mesmos podem desfrutar do material e direcionar as suas pesquisas, podem construir seus projetos de monografia, mestrados, dentre outros, pois o acervo contém documentações variadas e de extrema importância na historiografia brasileira.

Nessa perspectiva, um acervo documental como este é de grande relevância para os indivíduos, os quais fazem parte da sociedade, como daqueles que porventura, tenham o interesse de conhecer e refletir sobre a história cajazeirense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos Arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o Projeto de uma história Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 1, p. 5-27, 1988.

KARNAL, Leandro. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. 5ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

REIS, José Carlos. Introdução. In: **A Nouvelle Historie e tempo histórico**. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

_____. A Escola Metódica, dita “Positivista”. In: **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. P.15-32;

Entidades divergem sobre preservação do patrimônio arquitetônico da cidade, Diário do Sertão, 06/09/2010. In: <http://www.diariodosertao.com.br/artigo>, acessado em 17 de Outubro de 2011.